



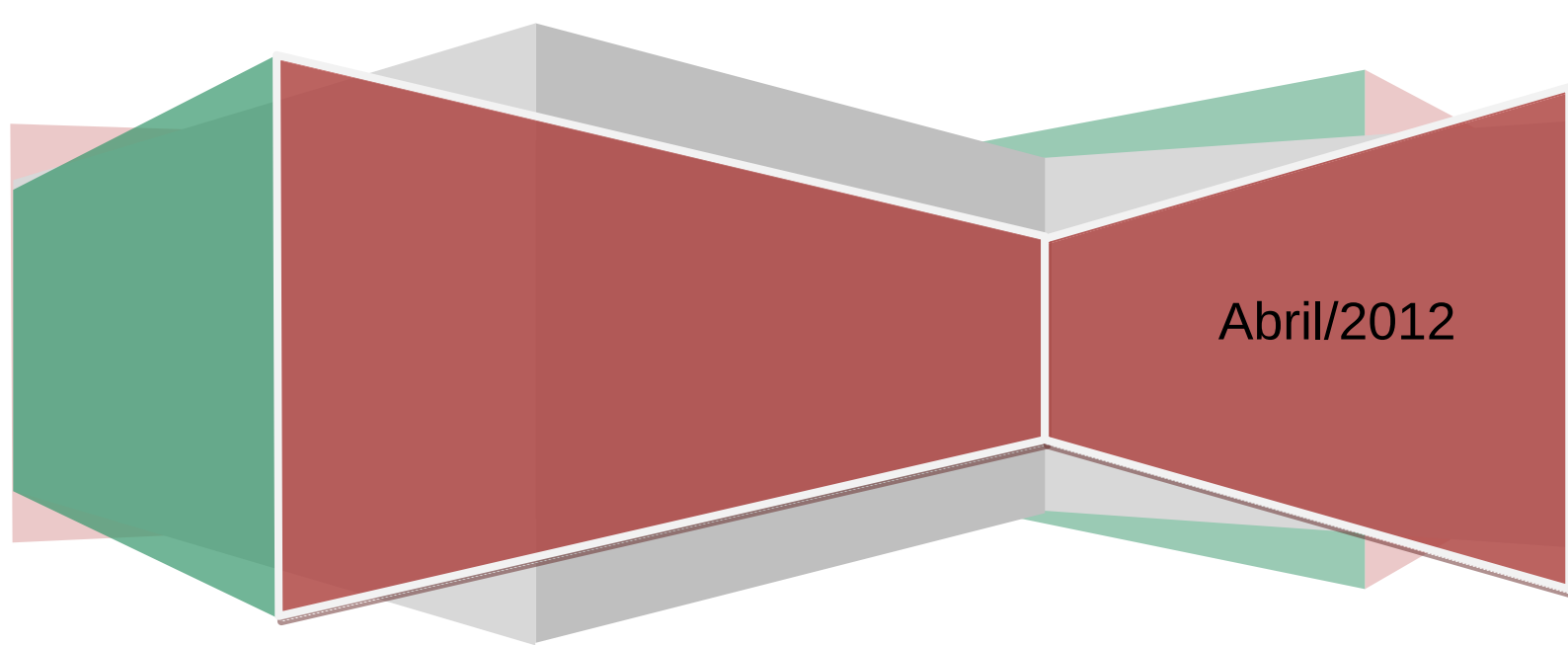
Ministério da Agricultura,
do Mar, do Ambiente e do
Ordenamento do Território



**INSTITUTO DA VINHA E DO VINHO,
I.P.**

RELATÓRIO DE GESTÃO

EXERCÍCIO ECONÓMICO DE 2011



Abril/2012



ÍNDICE

1. INTRODUÇÃO	2
2. ATIVIDADES	2
4. ANÁLISE ORÇAMENTAL	3
4.1 Análise da Receita	3
4.2 Análise da Despesa	5
4.3 Saldo orçamental de 2011	6
4.4 Evolução no triénio 2009 – 2010 - 2011	7
4.4.1 Receita	8
4.4.2 Despesa	9
EVOLUÇÃO DAS DESPESAS COM PESSOAL	10
5. ANÁLISE ECONÓMICA/FINANCEIRA	11
5.1 Análise de Custos e Perdas	12
5.2 Análise de Proveitos e Ganhos	14
5.3 Evolução no triénio 2009 – 2010 - 2011	16
5.3.1 Custos e Perdas	16
5.3.2 Proveitos e Ganhos	16
6. ANÁLISE FINANCEIRA DO BALANÇO	17
7. PERSPETIVAS FUTURAS	18
CONCLUSÕES	19

1. INTRODUÇÃO

O Instituto da Vinha e do Vinho, I.P., abreviadamente designado por IVV, IP, criado pelo Decreto-Lei n.º 46/2007, de 27 de fevereiro e cujos Estatutos estão definidos na Portaria n.º 219-H/2007, de 28 de fevereiro, é um instituto público dotado de personalidade jurídica, autonomia administrativa e financeira e com património próprio.

2. ATIVIDADES

A missão do IVV, I.P. consiste em coordenar e controlar a organização institucional do setor vitivinícola, auditar o sistema de certificação de qualidade, acompanhar a política comunitária e preparar as regras para a sua aplicação, bem como participar na coordenação e supervisão da promoção dos produtos vitivinícolas.

O IVV, I.P. desenvolve as suas atividades no âmbito das seguintes atribuições:

- a) Coordenar a atividade vitivinícola nacional e respetiva regulamentação técnica em conformidade com as medidas da política estabelecida;
- b) Definir e acompanhar as regras da organização comum do mercado vitivinícola (OCM);
- c) Participar e acompanhar, junto das instâncias comunitárias, os processos relativos ao setor vitivinícola, sem prejuízo das competências de outras entidades;
- d) Promover as medidas de organização institucional do setor vitivinícola e a definição dos princípios, regras e regulamentação técnica a que deve obedecer o setor vitivinícola;
- e) Cobrar as taxas devidas como contrapartida pelos serviços prestados na coordenação geral do setor e zelar pelo cumprimento do seu pagamento;
- f) Definir e coordenar a aplicação das medidas de gestão do património vitícola nacional e da sua valorização;
- g) Realizar auditorias de gestão e dos sistemas de controlo e de certificação das entidades certificadoras dos produtos vitivinícolas com direito a denominação de origem ou indicação geográfica;
- h) Desenvolver ações tendentes à melhoria da qualidade dos produtos vitivinícolas e ao reforço da competitividade do setor;



- i) Efetuar as previsões de colheitas anuais e negociar na União Europeia os volumes de intervenção para Portugal, bem como participar na elaboração das condições de aplicação das normas internas das medidas de intervenção previstas na OCM;
- j) Recolher e tratar a informação económica contida nos instrumentos declarativos previstos na OCM, tendo em vista a avaliação do mercado;
- k) Desenvolver relações com organismos internacionais e estrangeiros congéneres.

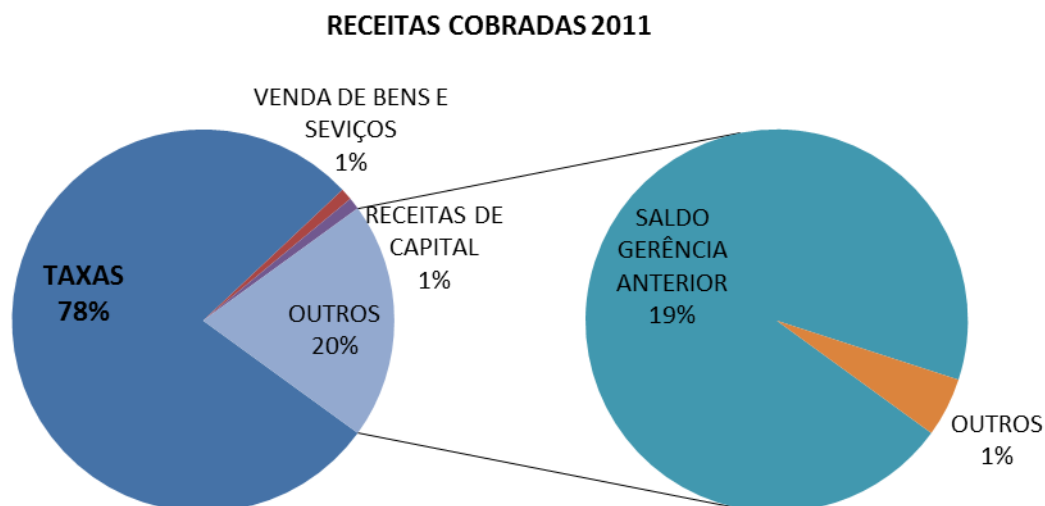
O IVV, IP assegura o funcionamento e preside, através do seu Presidente, à Comissão Nacional do Office International de la Vigne et du Vin (CNOIV).

4. ANÁLISE ORÇAMENTAL

4.1 Análise da Receita

A receita cobrada líquida total em 2011 totalizou 11.962.433,01 euros, dos quais 2.328.653 euros são relativos ao saldo da gerência anterior (referente a 2010) integrado no orçamento privativo em 2011, cuja fonte de financiamento é exclusivamente a 510 – Autofinanciamento - Receitas Próprias.

A receita proveniente da cobrança de Taxas em 2011 assume o maior peso no total de receitas cobradas, representando 78%.



Para uma análise mais centrada nos resultados do próprio ano económico, deverá isolar-se o efeito da integração do saldo da gerência anterior no total da receita de 2011, uma vez que representa 19% da receita cobrada líquida total, embora apenas tenha transitado e não tenha sido aplicado em despesa. Neste cenário, temos os seguintes valores:



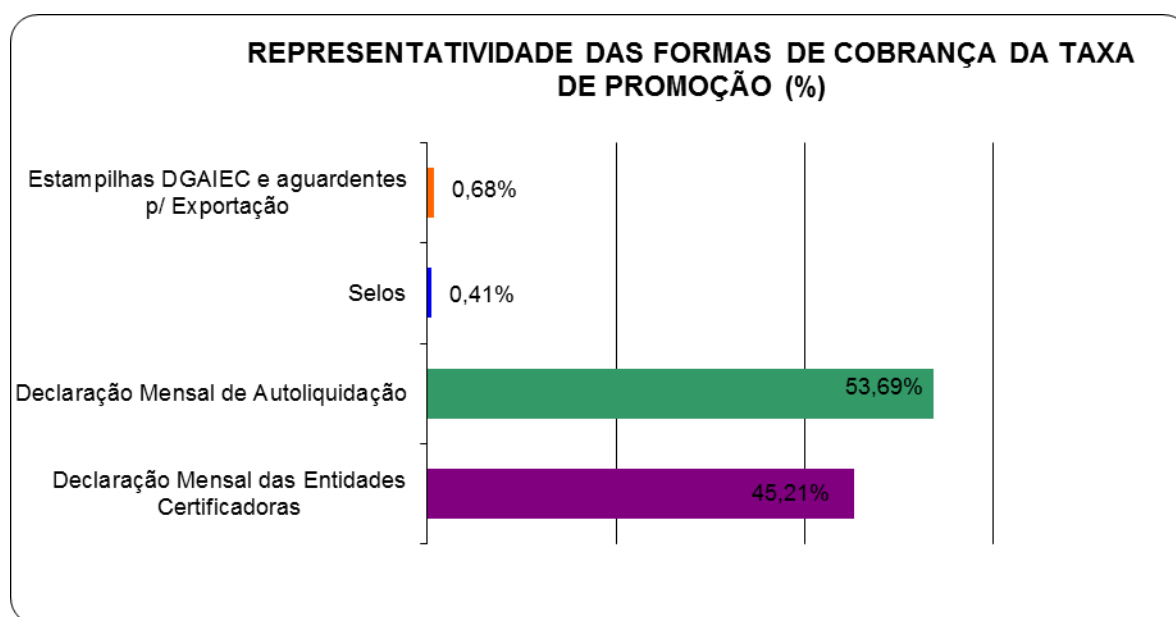
Comparativo 2010

Taxas cobradas	= 77,50%	62,37%
Receitas totais cobradas no ano		
Taxas cobradas		
Receitas próprias cobradas no ano s/ Saldo da Gerência Anterior	= 96,23%	70,93%

Entre as várias taxas cobradas pelo IVV, IP, nos termos legais, a “Taxa de Promoção” é a mais representativa, tendo contribuído em 2011 para o total de receita cobrada líquida com 97,40%, registando-se um acréscimo face a 2010, na ordem dos 18,98%, em termos de representatividade.

Em termos de valor anual de cobrança líquida da taxa de promoção (9.029.547 euros), verifica-se um decréscimo de 3,78% face ao ano de 2010. No entanto, o valor real da taxa de promoção cobrada em 2011 ascendeu a 9.629.547 euros, o que significa um crescimento real de 2,61%. A diferença de 600.000 euros corresponde a uma reafetação de receita a favor do Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas, I.P. (IFAP, I.P.) efetuada no âmbito da gestão flexível do Ministério da Agricultura, do Ambiente, do Mar e do Ordenamento do Território (MAMAOT), conforme despacho do Secretário de Estado da Agricultura de 2011-12-16 e ao abrigo das normas previstas na lei do orçamento de estado para 2011, sem prejuízo da taxa ter sido efetivamente cobrada pelo IVV.

Relativamente às formas de cobrança da taxa de promoção, a representatividade distribuiu-se da seguinte forma:





EVOLUÇÃO DAS TAXAS COBRADAS

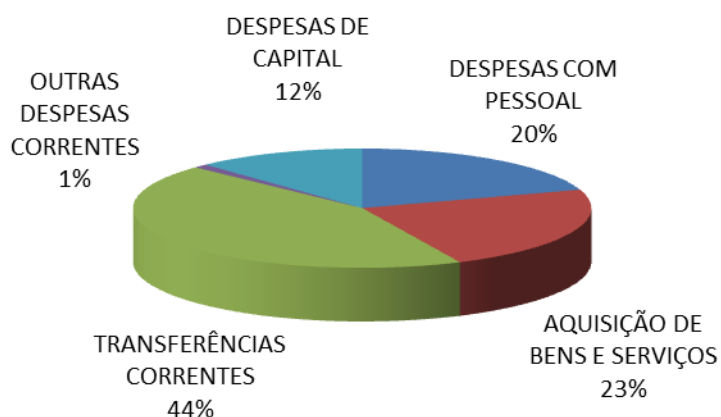
TAXAS	PERÍODO			VARIACÃO %	
	2009	2010	2011	2010/2009	2011/2010
DECRETO-LEI Nº 26317/36	2.317	163	209	-93,0	28,3
DECRETO-LEI Nº 40037/55	1.532	87	333	-94,3	283,2
DECRETO-LEI Nº 47470/66	227	12	846	-94,6	6802,5
PORTARIA Nº 288/84	0	0	0	-	-
PORTARIA Nº 370/85	605	0	0	-	-
TAXA DE PROMOÇÃO	9.740.887	9.384.504	9.029.547	-3,7	-3,8
TAXA DE VERIFICAÇÃO	175.677	3.771	0	-97,9	-100,0
TAXA NOVA PLANT. DA VINHA	785	305	268	-61,1	-12,4
TAXA REPLANTAÇÃO DA VINHA	95.455	77.023	63.183	-19,3	-18,0
TAXA LEGALIZAÇÃO DA VINHA	468.586	2.480.410	155.748	429,3	-93,7
TAXA TRANSFERÊNCIA DIREITOS	22.390	20.944	20.823	-6,5	-0,6
TOTAL	10.508.461	11.967.220	9.270.958	13,9	-22,5

Comparativamente a 2010 registou-se um decréscimo global de 22,5%.

4.2 Análise da Despesa

A despesa total paga em 2011 foi de 9.554.569,16 euros, tendo sido financiada a 100% por receitas próprias do IVV, IP.

A repartição de despesa em 2011 por grandes agrupamentos é a seguinte:



As despesas com pessoal têm evoluído da seguinte forma, relativamente às suas componentes:



EVOLUÇÃO DAS DESPESAS COM PESSOAL

(euros)

DESPESAS COM PESSOAL	PERÍODO			VARIÇÃO %	
	2009	2010	2011	2010/2009	2011/2010
ORDENADOS E SALÁRIOS	1.317.539	1.276.918	1.243.397	-3,1	-2,6
REMUNERAÇÕES ADICIONAIS	412.878	383.773	349.120	-7,0	-9,0
PENSÕES	12.843	938	6.081	-	-
ENCARGOS S/ REMUNERAÇÕES	231.332	221.643	218.804	-4,2	-1,3
CUSTOS DE AÇÃO SOCIAL	59.121	44.143	68.370	-25,3	54,9
OUTROS CUSTOS COM PESSOAL	915	15.928	690	1640,8	-95,7
TOTAL	2.034.628	1.943.344	1.886.462	-4,5	-2,9

Relativamente ao ano anterior, verificou-se um decréscimo das despesas de pessoal na ordem dos 2,93%, em virtude de não terem sido ocupados todos os postos de trabalho previstos no mapa de pessoal do IVV, IP.

Todas as componentes sofreram diminuições, com exceção dos “Custos de ação Social” que passaram a integrar os subsídios devidos em situações no âmbito da proteção social da parentalidade, cujos pagamentos ascenderam a 19.521 euros.

4.3 Saldo orçamental de 2011

De forma a evidenciar os saldos apurados no presente exercício económico, apresenta-se o seguinte quadro:

SALDO ACUMULADO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

ORÇAMENTO DE FUNCIONAMENTO

(euros)

FORTE DE FINANCIAMENTO	RECEITA COBRADA LÍQUIDA	TOTAL DE DESPESAS PAGAS	SALDO ORÇAMENTAL (DE CAIXA)	COMPARATIVO 2010	VARIÇÃO ABSOLUTA 2011/2010	VARIÇÃO RELATIVA 2011/2010
510	11.962.433,01	9.554.569,16	2.407.863,85	6.969.989,39	-4.562.125,54	-65,45%
	11.962.433,01	9.554.569,16	2.407.863,85	6.969.989,39	-4.562.125,54	

O saldo orçamental a transitar para a gerência seguinte ascende a 2.407.864 euros, proveniente exclusivamente de receitas próprias e é composto por:

- O saldo da gerência de 2010, no montante de 2.328.653 euros que transitou, por integração, no Orçamento do IVV, I.P. de 2011, embora sujeito ao cumprimento obrigatório da regra do equilíbrio orçamental, ou seja, sem aplicação em despesa;
- Um saldo corrente do ano no valor de 79.211 euros.



É importante referir que, em 2011 o IVV, I.P. procedeu à entrega nos cofres do Estado de parte do saldo de gerência acumulado à data de 31-12-2010, no montante de 4.641.336 euros, em cumprimento do despacho do Senhor Secretário de Estado Adjunto e do Orçamento.

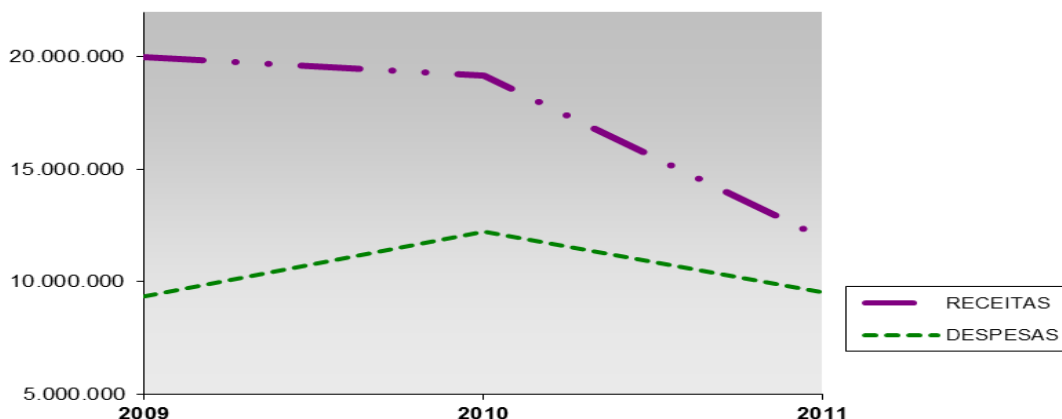
4.4 Evolução no triénio 2009 – 2010 - 2011

Conforme se pode constatar nos quadro e gráfico abaixo, no último triénio a receita, incluindo o saldo de gerência integrado, tem coberto a despesa em mais de 100%, gerando sempre excedentes orçamentais, embora com uma tendência decrescente, influenciada pela entrega dos excedentes de anos transatos nos cofres do estado, os quais até 2010, tipicamente transitavam em saldo de ano para ano.

TAXA DE COBERTURA DA RECEITA RELATIVAMENTE À DESPESA

PERÍODO	(euros)			(%)
	RECEITA DO IVV	DESPESA DO IVV	SALDO	RECEITA / DESPESA
2009	20.000.009	9.357.082	10.642.927	214
2010	19.186.855	12.216.865	6.969.989	157
2011	11.962.433	9.554.569	2.407.864	125

Em representação gráfica,





4.4.1 Receita

EVOLUÇÃO DAS RECEITAS COBRADAS

(euros)

RECEITAS	PERÍODO			VARIAÇÃO %	
	2009	2010	2011	2010/2009	2011/2010
RECEITAS CORRENTES	11.114.409	12.520.658	9.553.383	12,7	-23,7
TAXAS	10.508.461	11.967.220	9.270.958	13,9	-22,5
MULTAS E OUTRAS PENALIDADES					
JUROS DE MORA, COIMAS E MULTAS	105.563	98.944	43.712	-6,3	-55,8
RENDIMENTOS DA PROPRIEDADE					
JUROS - BANCOS E ADM. CENTRAL-ESTADO	81.037	70.351	98.491	-13,2	40,0
VENDA DE BENS / SERVIÇOS / RENDAS CORRENTES	414.473	378.181	132.963	-8,8	-64,8
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	4.875	5.962	7.258	22,3	21,7
RECEITAS DE CAPITAL E SALDO DE GER. ANT.	8.807.101	6.666.197	2.409.050	-24,3	-63,9
VENDA DE EDIFÍCIOS	0	4.352.216	71.000	-	-98,4
SALDO DA GERÊNCIA ANTERIOR	8.794.228	2.313.981	2.328.653	-73,7	0,6
OUTRAS	12.873	0	9.397	-100,0	-
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES E DE CAPITAL	78.499	0	0	-100,0	-
OUTRAS, FEDER	78.499	0	0	-100,0	-
TOTAL	20.000.009	19.186.855	11.962.433	-4,1	-37,7

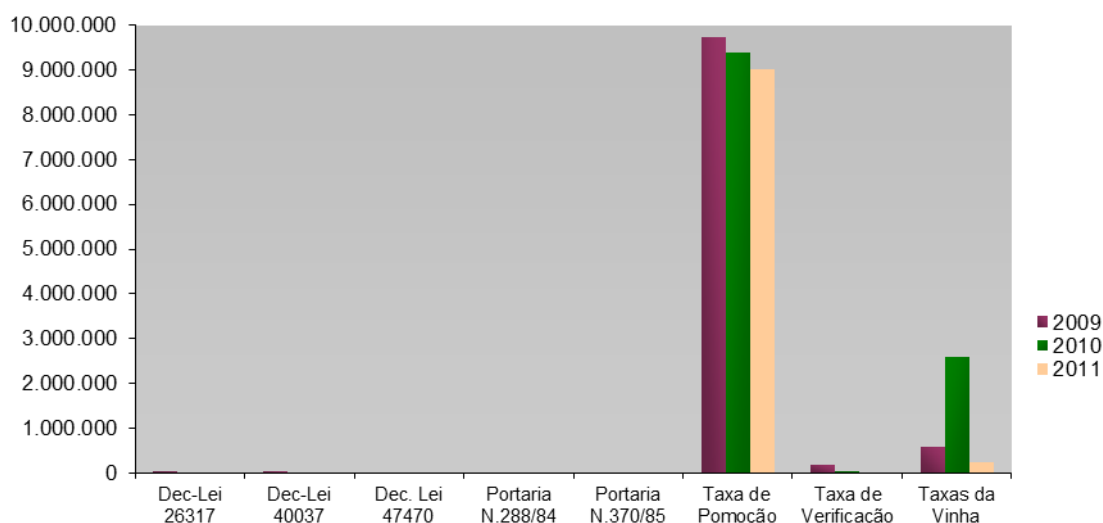
Verifica-se um decréscimo de 37,65% na receita cobrada líquida face a 2010. Este decréscimo justifica-se pela diminuição significativa nas seguintes receitas:

- Receitas de capital, de carácter extraordinário, designadamente as provenientes da alienação de património imóvel (variação negativa de 98,37% face a 2010);
- Taxas, com um decréscimo de 22,53%, designadamente a taxa de legalização da vinha que registou uma descida de 93,72%.

Tal como acima referido e como o gráfico seguinte demonstra, as “Taxas” sofreram um decréscimo significativo face a 2010, motivado pelo regresso à tendência anterior na cobrança da taxa de legalização da vinha, que em 2010 foi atipicamente elevada.



GRÁFICO COMPARATIVO DAS TAXAS COBRADAS LÍQUIDAS



4.4.2 Despesa

EVOLUÇÃO DAS DESPESAS PAGAS

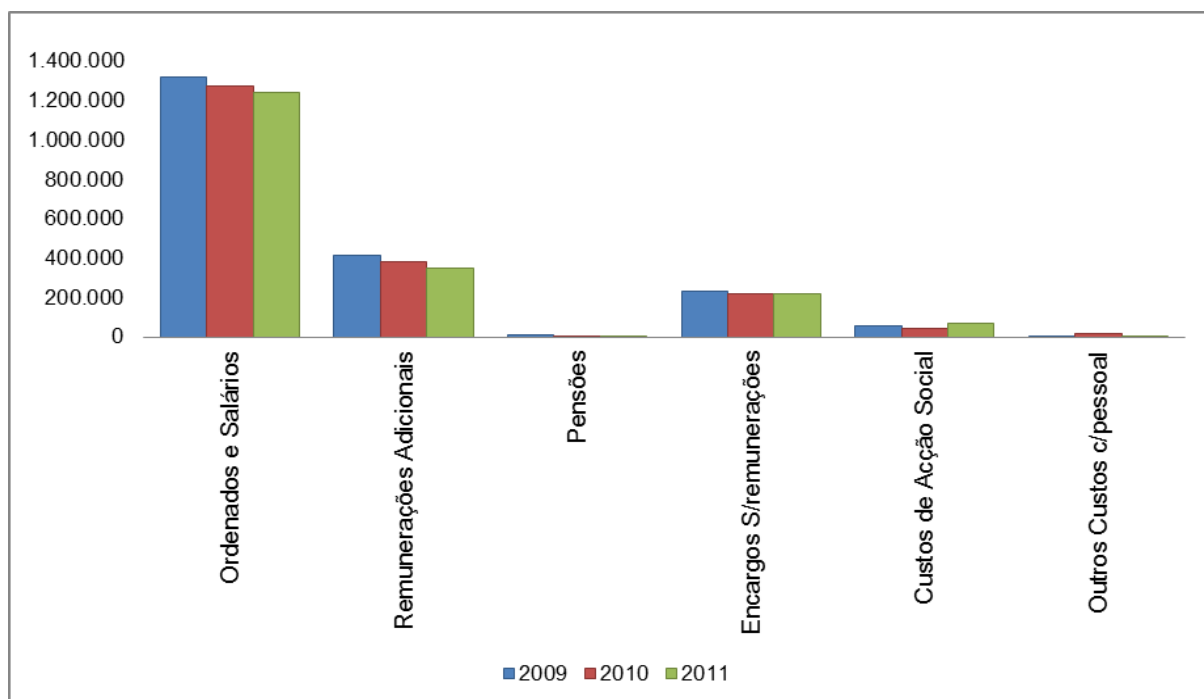
(euros)

DESPESAS	PERÍODO			VARIACÃO %	
	2009	2010	2011	2010/2009	2011/2010
DESPESAS CORRENTES	8.481.439	9.693.302	8.436.199	14,3	-13,0
DESPESAS COM PESSOAL	2.034.628	1.943.344	1.886.462	-4,5	-2,9
AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	3.093.584	3.115.133	2.175.674	0,7	-30,2
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES E SUBSÍDIOS	3.264.905	4.366.465	4.203.555	33,7	-3,7
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	88.322	268.361	170.507	203,8	-36,5
DESPESAS DE CAPITAL	875.644	523.563	1.118.370	-40,2	113,6
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0	2.000.000	0	-	-
TOTAL	9.357.082	12.216.865	9.554.569	30,6	-21,8

Em 2011, as “Despesas com Pessoal” continuaram a decrescer (2,93% face a 2010), mantendo a tendência registada em 2010 mas, menos acentuada.



EVOLUÇÃO DAS DESPESAS COM PESSOAL



Tal como se tem registado nos anos anteriores, as “Transferências Correntes” são o agrupamento de despesa com mais peso em 2011, representando 44% do total do orçamento da despesa executada.

Esta tendência tem-se verificado nos últimos anos, e resulta do esforço de disponibilização de verbas para a promoção dos vinhos e produtos vitivinícolas, no mercado interno (nacional e europeu) e no mercado de países terceiros.

Este esforço financeiro de apoio ao setor vitivinícola atribuído pelo IVV é financiado pela taxa de promoção que incide sobre os vinhos e seus derivados, é paga exclusivamente pelo setor vitivinícola nos termos do Decreto-Lei n.º 119/97, de 15/05 e tem sido um importante fator no desenvolvimento e internacionalização do setor, o qual voltou a ter em 2011 um desempenho positivo na economia nacional tendo representado 1,16% do total das exportações nacionais. Os números das exportações dos vinhos portugueses assinalam a manutenção de uma tendência de crescimento, tendo-se verificado em 2011 um crescimento de 3,6% em valor e 14% em volume.

O aumento que se verificou nas Despesas de capital refere-se essencialmente a licenciamento de *software* informático, que teve um peso de 53,95% no total da despesa neste agrupamento.



5. ANÁLISE ECONÓMICA/FINANCEIRA

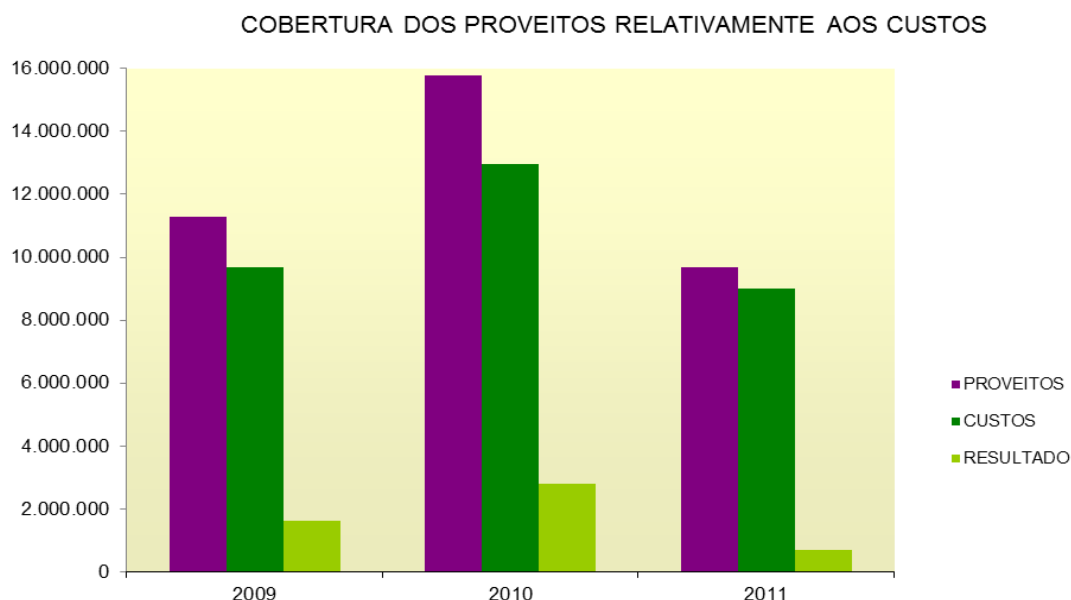
O resultado do exercício de 2011 é positivo em 616.615,35 euros, demonstrando um decréscimo significativo (78,07%) face ao ano económico de 2010, cujo resultado líquido positivo ascendeu a 2.811.623,35 euros. Contudo, a tendência verificada nos exercícios anteriores manteve-se em 2011, na medida em que os proveitos totais cobrem os custos totais, como se pode verificar no quadro abaixo.

Verifica-se que, comparativamente a 2010, os valores globais de custos e de proveitos, sofreram um decréscimo, sendo este mais acentuado nos proveitos.

TAXA DE COBERTURA DOS PROVEITOS RELATIVAMENTE AOS CUSTOS

	(euros)			%
ANOS	PROVEITOS	CUSTOS	RESULTADO	TAXA
2009	11.288.070	9.670.746	1.617.324	117
2010	15.761.326	12.949.703	2.811.623	122
2011	9.675.285	9.058.670	616.615	107

Graficamente, temos a seguinte evolução:



Comparando com o ano económico de 2010, o decréscimo dos proveitos, na ordem dos 39% é muito significativo. Contudo, em 2010 o volume dos proveitos foi atipicamente elevado devido ao encaixe de proveitos extraordinários resultantes das mais-valias obtidas



com a alienação de património imóvel do IVV, I.P. que ascenderam a 2.702.755 euros (26.311 euros em 2011), bem como ao elevado valor do proveito proveniente da taxa de legalização da vinha (2.612.013 em 2010 e 139.843 em 2011). Estas flutuações justificam cerca de 85% da quebra verificada.

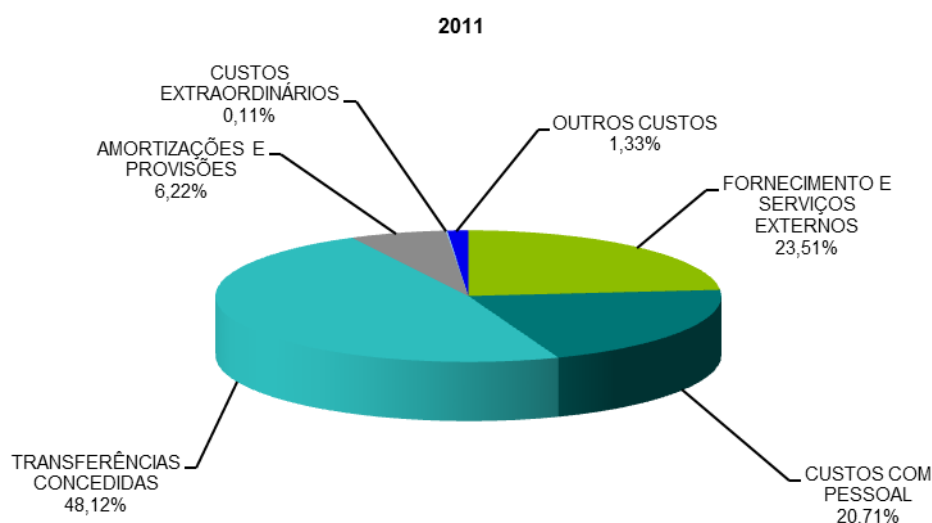
Quando comparado com o nível dos proveitos obtidos em 2009, a redução em 2011 situa-se nos 14%.

5.1 Análise de Custos e Perdas

Os custos do IVV, IP, constantes das demonstrações financeiras, ascenderam a **9.058.670 euros**, o que traduz um decréscimo de 30,05% em relação a 2010. Analisando os valores no período [2008-2011], constata-se que em 2011 se obteve o nível de custos mais baixo. O valor dos custos em 2010 foi influenciado por perdas extraordinárias, designadamente a transferência de capital, no valor de 2.000.000 euros para o IFAP, I.P. Comparativamente a 2009, verifica-se um decréscimo de 6,33%.

Ano Económico	Valor global dos Custos (euros)
2008	9.739.761
2009	9.670.746
2010	12.949.703
2011	9.058.670

A distribuição em valor relativo do montante global dos custos em 2011, por grandes rubricas, de acordo com a natureza de gastos encontra-se representada no gráfico seguinte:





Em 2011, os “Custos com Pessoal”, ascenderam ao montante de 1.876.007 euros, representando 20,71% dos custos totais do IVV, IP.

Os “Fornecimentos e Serviços Externos” atingiram 2.130.029 euros, registando-se uma acentuada quebra (-29,91%) face a 2010.

Desta tipologia de custos, destacam-se:

Custo	Valor (euros)	Peso em FSE (%)
Trabalhos especializados	566.959	26,62
Encargos com cobrança de receitas	493.047	23,15
Vigilância e Segurança	212.481	9,98
Comissões	175.701	8,25
Comunicação	106.248	4,99
Seminários, Exposições e Similares	103.808	4,87
Publicidade e propaganda	76.099	3,57
Eletricidade	68.055	3,20
Assistência Técnica	52.285	2,45
Higiene e Limpeza	51.485	2,42

O custo com trabalhos especializados é o mais representativo na estrutura de custos, tendo contudo sofrido um decréscimo de 36,03% em 2011 face a 2010. Do total deste custo, 212.200 euros são relativos a consultadoria (jurídica, essencialmente), estudos e pareceres, representando 37,43% do custo total com Trabalhos Especializados. A consultadoria jurídica contratada enquadrou-se nas seguintes vertentes: apoio e representação no âmbito do processo de revisão da taxa de promoção decorrente da queixa da Comissão Europeia contra a República Portuguesa, representação do IVV, I.P. em juízo no âmbito dos processos de impugnação da taxa de promoção e regularização cadastral do património imóvel do IVV, I.P. Os custos com serviços informáticos especializados ascenderam a 90.519 euros (correspondendo a 15,97%), cuja contratação foi fundamental, designadamente, para desenvolvimento e aperfeiçoamento do Slv (Sistema de Informação da Vinha e do Vinho). O valor dos “Outros trabalhos Especializados” ascendeu a 256.264 euros, representando 45,20% dos gastos totais com trabalhos especializados. Deste valor, destacam-se os custos com a atualização do cadastro vitícola de parte da região do Dão (90.000 euros), o tratamento documental e



arquivístico dos processos dos viticultores (60.393 euros), os trabalhos desenvolvidos no âmbito da descrição e classificação das variedades de videira e elaboração do respetivo catálogo nacional de castas de videira (43.050 euros).

Os encargos com cobrança de receitas sofreram um acréscimo significativo face a 2010 (+31%). Este custo refere-se à contrapartida atribuída às entidades certificadoras pela cobrança da taxa de promoção sobre os produtos vitivinícolas certificados, que passou de 5 para 10% em 2011.

As transferências e subsídios correntes concedidos representaram, em 2011, 48,12% dos custos totais do IVV, IP, totalizando 4.359.307 euros, assumindo-se como a componente de custo com maior peso, ultrapassando os fornecimentos e serviços externos (23,51%) e os custos com pessoal (20,71%). As transferências efetuadas em 2011 foram as seguintes:

Natureza/Âmbito	Valor (€)	Peso (%)
Programas de Promoção do Vinho no Mercado Interno (Portaria n.º 744/2009, de 13 de julho) – Eixo 1 – Promoção Genérica	3.223.363	73,94
Programas de Promoção do Vinho no Mercado Interno (Portaria n.º 744/2009, de 13 de julho) – Eixo 2 – Informação/Educação	230.000	9,00
Apoio à Promoção de Vinhos em Mercados de Países Terceiros [Reg. (CE) n.º 479/2008, do Conselho de 29 de abril, Portaria n.º 989/2009, de 7 de setembro, Portaria n.º 47/2010, de 20 de janeiro e Portaria n.º 1055/2010, de 14 de Janeiro]	551.350	17,00
Outros apoios no âmbito do setor vitivinícola	2.500	0,06

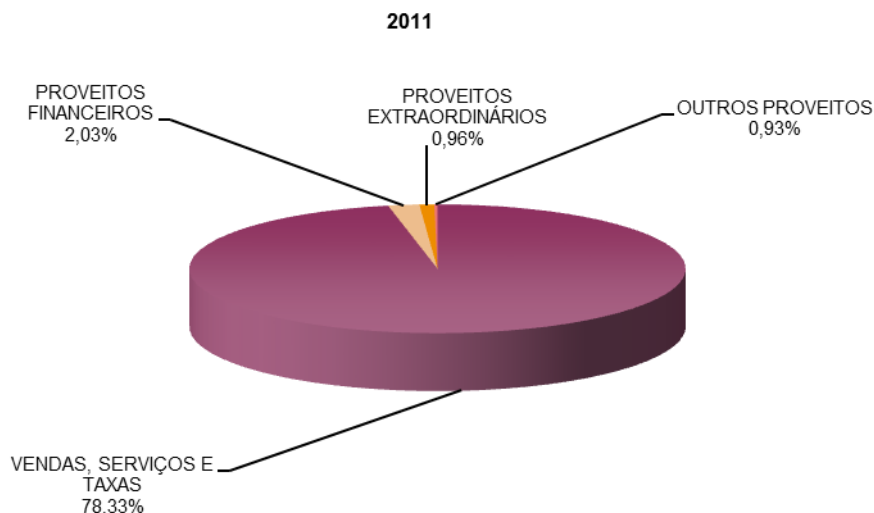
As amortizações e provisões do exercício totalizaram 563.417 euros registando um decréscimo significativo relativamente a 2010 (-47,94%).

Os “Custos e perdas extraordinários” ascenderam a 10.166 euros, regressando aproximadamente ao nível registado em 2009. Este valor não é comparável com as perdas extraordinárias verificadas em 2010, que incluíram o reconhecimento contabilístico de uma transferência de capital, no valor de 2.000.000 euros para o IFAP, I.P.

5.2 Análise de Proveitos e Ganhos

Em 2011, os proveitos e ganhos do IVV, IP totalizaram **9.675.285 euros**, o que representa um decréscimo de 38,61% face a 2010.

O gráfico infra representa a distribuição em valor relativo dos proveitos e ganhos, por grandes agregados:



Em 2011, as “Vendas e Prestações de Serviços” ascenderam a 27.251 euros, tendo este proveito sido resultante, em 98,5% da venda de aguardente vínica envelhecida (produto exclusivo do IVV, IP.).

À semelhança dos exercícios anteriores, em 2011, a rubrica de “Impostos e Taxas” assume a maior expressão financeira no total dos proveitos obtidos pelo IVV, IP, com um total de 9.338.048 euros, o que representa 96,5% do total dos proveitos.

Os proveitos e ganhos financeiros, registaram um decréscimo de 30,43% face a 2010. Esta tendência decrescente, que se verifica desde 2009, resulta da diminuição dos juros obtidos de aplicações em CEDIC constituídas junto do IGCP, dado que os capitais aplicados têm sido muito inferiores ao nível que se verificava até 2008, inclusive, devido às entregas significativas dos saldos de gerência nos cofres do Tesouro. Por outro lado, também os rendimentos com imóveis sofreram uma quebra, dado que alguns deles e espaços de armazenagem deixaram de estar arrendados/cedidos face às eminentes vendas efetuadas através da ESTAMO – PARTICIPAÇÕES IMOBILIÁRIAS, SA ou da própria Direção Geral do Tesouro e Finanças (DGTF).



5.3 Evolução no triénio 2009 – 2010 - 2011

5.3.1 Custos e Perdas

No quadro abaixo pode observar-se a evolução dos custos e perdas totais, no triénio, por grandes agregados. Regista-se um regresso à tendência decrescente que se verificava desde 2006 e que foi quebrada em 2010.

EVOLUÇÃO DOS CUSTOS

CUSTOS	PERÍODO		
	2009	2010	2011
CUSTO MERC. VENDIDAS E MAT. CONSUMIDAS	983	1.201	1.236
FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS	3.066.937	3.038.994	2.130.029
CUSTOS COM O PESSOAL	2.082.180	2.086.059	1.876.007
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES CONCEDIDAS	3.260.162	4.345.149	4.359.307
AMORTIZAÇÕES E PROVISÕES	1.164.903	1.082.198	563.417
OUTROS CUSTOS E PERDAS OPERACIONAIS	77.252	237.565	108.609
CUSTOS E PERDAS FINANCEIROS	5.102	10.574	9.901
CUSTOS E PERDAS EXTRAORDINÁRIOS	13.227	2.147.964	10.166
TOTAL	9.670.746	12.949.703	9.058.670

5.3.2 Proveitos e Ganhos

Também nos proveitos e ganhos no ano de 2011 se regista um regresso ao comportamento decrescente que se verificava desde 2005, apenas contrariada em 2008 (sem expressão) e em 2010, motivada pelos fatores explicitados no ponto 5 (págs. 11 e 12). O quadro seguinte reflete a evolução no triénio.

EVOLUÇÃO DOS PROVEITOS

PROVEITOS	PERÍODO		
	2009	2010	2011
VENDAS, PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS E TAXAS	10.577.712	12.346.011	9.365.300
PROVEITOS SUPLEMENTARES	105.189	37.441	18.737
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES OBTIDAS	-2.478	0	0
OUTROS PROVEITOS E GANHOS OPERACIONAIS	2.119	1.796	2.202
PROVEITOS E GANHOS FINANCEIROS	418.132	282.525	196.551
PROVEITOS E GANHOS EXTRAORDINÁRIOS	187.396	3.093.553	92.496
TOTAL	11.288.070	15.761.326	9.675.285



6. ANÁLISE FINANCEIRA DO BALANÇO

As alterações à situação patrimonial do IVV, IP, refletidas no balanço de 2011, encontram-se evidenciadas no seguinte quadro:

Rubricas	2011		2010	
	Valor	%	Valor	%
ACTIVO LÍQUIDO				
Imobilizações Corpóreas	8.322.139,79	63,88%	11.927.077,75	91,55%
Investimentos Financeiros	997,59	0,01%	997,59	0,01%
Existências	328.611,54	2,52%	330.040,67	2,53%
Dívidas de Terceiros - Curto prazo	1.512.166,00	11,61%	1.692.150,93	12,99%
Títulos Negociáveis	0,00	0,00%	5.000.000,00	38,38%
Conta Tesouro, Dep. Inst. Financ. e Caixa	2.864.044,33	21,98%	2.660.862,20	20,42%
Acréscimos e Diferimentos	0	0,00%	0	0,00%
TOTAL DO ACTIVO	13.027.959,25	100,00%	21.611.129,14	165,88%
FUNDOS PRÓPRIOS				
Reservas legais	5.624.246,33	88,26%	5.624.246,33	88,26%
Resultados Transitados	131.713,75	2,07%	6.585.537,17	103,34%
Resultado líquido do Exercício	616.615,35	9,68%	2.811.623,35	44,12%
TOTAL DOS FUNDOS PRÓPRIOS	6.372.575,43	100,00%	15.021.406,85	235,72%
Provisões para Riscos e Encargos	3.035.317,07	45,61%	2.565.122,22	38,54%
Dívidas a Terceiros - Curto prazo	3.472.401,54	52,17%	3.728.464,43	56,02%
Acréscimos e Diferimentos	147.665,21	2,22%	296.135,64	4,45%
TOTAL DO PASSIVO	6.655.383,82	100,00%	6.589.722,29	99,01%
TOTAL DOS FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO	13.027.959,25		21.611.129,14	

Em 31 de Dezembro de 2011, o valor do ativo líquido do IVV, IP registou um decréscimo de 40,06% face à situação patrimonial em 31 de Dezembro de 2010.

O imobilizado corpóreo líquido totalizou o valor de 8.322.140 euros, o que demonstra um significativo decréscimo face a 2010 (-30,22%), resultante da alienação de 1 imóvel e da regularização (abate) de alguns elementos do ativo imobilizado, na sequência de processo de levantamento físico e inventariação que ainda se prolongará para o ano de 2012.

As amortizações acumuladas ascenderam a 2.674.643 euros.

A rubrica de dívidas de terceiros no curto prazo não classificadas como dívidas de cobrança duvidosa registou um ligeiro decréscimo (16,66%) face a 2010. Em 2012 deverá ser aumentada a frequência da circularização a clientes, visando a recuperação de créditos em dívida que não estão abrangidas por processos de cobrança coerciva.

O montante relativo às dívidas do IVV, IP a terceiros também diminuiu face a 2010 (-6,87%). Importa referir que o saldo conjunto de fornecedores c/c, fornecedores de imobilizado c/c e estado e outros entes públicos, à data de 31 de Dezembro de 2011, no

valor de 440.254,81, integra, entre outros valores, os pagamentos efetuados no período complementar da gerência de 2011 que terminou em 07 de Janeiro de 2012, tendo os respetivos pagamentos sido contabilizados, para efeitos orçamentais, em 2011.

O IVV, IP encerrou o ano de 2011 com um nível de disponibilidades (incluindo aplicações em CEDIC) bastante inferior ao verificado em 31 de Dezembro de 2010 devido à entrega de parte do saldo de gerência de 2010 nos cofres do Estado.

Os acréscimos de custos contemplam, entre outros, o valor das férias, subsídios de férias e respectivos encargos a liquidar, no montante estimado de 124.907 euros.

Os fundos próprios do IVV, IP ascenderam a 6.372.575 euros, traduzindo-se numa diminuição muito expressiva face a 2010 (-57,6%), em resultado de regularizações não frequentes e de grande significado que afetaram negativamente, os fundos próprios, e não o resultado do exercício.

7. PERSPETIVAS FUTURAS

Apesar do difícil contexto económico e orçamental, o IVV, IP manterá o seu foco na disponibilização de serviços mais eficientes e eficazes e com mais qualidade e direcionados às necessidades dos *stakeholders*, simplificando e melhorando o relacionamento. É essencial atuar numa base de proximidade com o público e com os seus parceiros de referência, dando continuidade às estratégias definidas e ajustando as mesmas ao contexto atual. A visão de futuro e as boas práticas de *Governance* continuarão a pautar a atividade do IVV.

Estrategicamente será dada prioridade à execução do programa nacional de apoio, designadamente a promoção dos vinhos e produtos vínicos. É fundamental manter e, se possível, aumentar o esforço promocional, no sentido de dinamizar a competitividade e a internacionalização dos vinhos portugueses, impulsionar a trajetória crescente das exportações e, simultaneamente, neutralizar alguns dos efeitos da crise económica.

O Sistema de Informação da Vinha e do Vinho (SIvv), enquanto ferramenta essencial à consolidação de informação e conhecimento sobre o setor vitivinícola será desenvolvido e melhorado numa ótica de simplificação do relacionamento com os utilizadores.



No ano de 2012 e seguintes é fundamental continuar o esforço de atualização do cadastro, direcionado prioritariamente para áreas e regiões específicas em que a desatualização é mais crítica.

Não menos importante será promover e apoiar iniciativas que visem o desenvolvimento sustentável do setor.

Em matéria de gestão de recursos humanos e não obstante os constrangimentos financeiros atualmente existentes, o IVV, IP continuará a apostar no reforço da sua equipa dado existirem postos de trabalho por preencher e sendo expetáveis várias saídas por aposentação, tentando captar pessoas com elevadas competências técnicas e bons níveis de motivação, sem prejuízo de promover as competências internas dos recursos já existentes numa ótica de melhoria contínua, inovação e reforço da produtividade

Em matéria financeira e orçamental, o ano de 2012 será um ano difícil, marcado por uma elevada contenção orçamental. Nesta perspetiva, o IVV, IP manterá a sua linha de atuação, adotando medidas que visem a boa cobrança das receitas e que permitam manter a despesa em níveis adequados ao contexto orçamental, e de acordo com critérios de qualidade, eficácia, eficiência, economia e transparência.

CONCLUSÕES

Feita uma análise global às demonstrações financeiras do IVV, IP, constituídas pelo Balanço reportado a 31 de Dezembro de 2011, pela Demonstração de Resultados por natureza do exercício findo naquela data, pelos mapas de execução orçamental, alterações orçamentais e controlo orçamental, pelo Mapa de Fluxos de Caixa e os Anexos às demonstrações financeiras, aprovadas nesta data, conclui-se que as mesmas se encontram preparadas de acordo com os princípios preconizados no Decreto-Lei n.º 232/97, de 03 de setembro e evidenciam a situação financeira do IVV, IP em 31 de dezembro de 2011, assim como o resultado das operações do exercício findo naquela data. Não obstante, estão em curso ações tendentes à melhoria de qualidade da informação contabilística existente, designadamente no âmbito do ativo imobilizado, e a consolidação da mesma em repositórios únicos e interligados, bem como à melhoria dos procedimentos de controlo interno.

Como consta das mesmas demonstrações, o resultado apurado no exercício foi positivo no montante de **616.615 euros**.



Tendo as contas sido preparadas com observância das normas instituídas e apresentarem de forma fidedigna o resultado das operações ocorridas no exercício e a situação patrimonial do IVV, IP à data de 2011-12-31, o órgão de gestão do IVV, I.P., após parecer do Fiscal Único, vai remeter as mesmas ao Tribunal de Contas.



ERRATA

Na sequência de deteção de alguns lapsos no “Relatório de Gestão” do Instituto da Vinha e do Vinho, I.P. referente ao exercício económico de 2011, republicam-se em anexo as páginas 6, 14, 15 e 17 do referido relatório.

Em resumo, os lapsos encontrados e corrigidos, os quais não são materialmente relevantes e não se reportam a erros detetados em quaisquer outros documentos da prestação de contas, referem-se à seguinte informação:

Pág. 6	O quadro “EVOLUÇÃO DAS DESPESAS COM PESSOAL”, a linha “PENSÕES” não tinha valores nas colunas relativas à “VARIAÇÃO %” em ambos os períodos [2010/2009; 2011/2010]
Pág. 14	O quadro relativo às transferências efetuadas continha erros nas 2. ^a e 3. ^a linhas nas colunas “Valor (€)” e “Peso (%)”. Foi ainda introduzida uma nota explicativa imediatamente abaixo do quadro e reformulado o 3.º parágrafo do texto da referida página, no sentido de explicitar algumas divergências entre a ótica económica (custos), financeira (despesa) e de caixa (pagamentos).
Pág. 15	O gráfico representativo da distribuição em valor relativo dos proveitos e ganhos, por grandes agregados, continha erros nos valores dos rótulos dos dados em “VENDAS, SERVIÇOS E TAXAS” e “OUTROS PROVEITOS”.
Pág. 17	Os valores que constavam da coluna “%” do ano “2010” foram totalmente corrigidos.



EVOLUÇÃO DAS DESPESAS COM PESSOAL

(euros)

DESPESAS COM PESSOAL	PERÍODO			VARIÇÃO %	
	2009	2010	2011	2010/2009	2011/2010
ORDENADOS E SALÁRIOS	1.317.539	1.276.918	1.243.397	-3,1	-2,6
REMUNERAÇÕES ADICIONAIS	412.878	383.773	349.120	-7,0	-9,0
PENSÕES	12.843	938	6.081	-92,7	548,3
ENCARGOS S/ REMUNERAÇÕES	231.332	221.643	218.804	-4,2	-1,3
CUSTOS DE AÇÃO SOCIAL	59.121	44.143	68.370	-25,3	54,9
OUTROS CUSTOS COM PESSOAL	915	15.928	690	1640,8	-95,7
TOTAL	2.034.628	1.943.344	1.886.462	-4,5	-2,9

Relativamente ao ano anterior, verificou-se um decréscimo das despesas de pessoal na ordem dos 2,93%, em virtude de não terem sido ocupados todos os postos de trabalho previstos no mapa de pessoal do IVV, IP.

Todas as componentes sofreram diminuições, com exceção dos “Custos de ação Social” que passaram a integrar os subsídios devidos em situações no âmbito da proteção social da parentalidade, cujos pagamentos ascenderam a 19.521 euros.

4.3 Saldo orçamental de 2011

De forma a evidenciar os saldos apurados no presente exercício económico, apresenta-se o seguinte quadro:

SALDO ACUMULADO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

ORÇAMENTO DE FUNCIONAMENTO

(euros)

FORTE DE FINANCIAMENTO	RECEITA COBRADA LÍQUIDA	TOTAL DE DESPESAS PAGAS	SALDO ORÇAMENTAL (DE CAIXA)	COMPARATIVO 2010	VARIÇÃO ABSOLUTA 2011/2010	VARIÇÃO RELATIVA 2011/2010
510	11.962.433,01	9.554.569,16	2.407.863,85	6.969.989,39	-4.562.125,54	-65,45%
	11.962.433,01	9.554.569,16	2.407.863,85	6.969.989,39	-4.562.125,54	

O saldo orçamental a transitar para a gerência seguinte ascende a 2.407.864 euros, proveniente exclusivamente de receitas próprias e é composto por:

- O saldo da gerência de 2010, no montante de 2.328.653 euros que transitou, por integração, no Orçamento do IVV, I.P. de 2011, embora sujeito ao cumprimento obrigatório da regra do equilíbrio orçamental, ou seja, sem aplicação em despesa;
- Um saldo corrente do ano no valor de 79.211 euros.



arquivístico dos processos dos viticultores (60.393 euros), os trabalhos desenvolvidos no âmbito da descrição e classificação das variedades de videira e elaboração do respetivo catálogo nacional de castas de videira (43.050 euros).

Os encargos com cobrança de receitas sofreram um acréscimo significativo face a 2010 (+31%). Este custo refere-se à contrapartida atribuída às entidades certificadoras pela cobrança da taxa de promoção sobre os produtos vitivinícolas certificados, que passou de 5 para 10% em 2011.

Os custos com as transferências e subsídios correntes concedidos representaram, em 2011, 48,12% dos custos totais do IVV, IP, totalizando 4.359.307 euros, assumindo-se como a componente de custo com maior peso, ultrapassando os fornecimentos e serviços externos (23,51%) e os custos com pessoal (20,71%). As transferências efetuadas em 2011 (custos correspondentes a despesas pagas) foram as seguintes:

Natureza/Âmbito	Valor (€)	Peso (%)
Programas de Promoção do Vinho no Mercado Interno (Portaria n.º 744/2009, de 13 de julho) – Eixo 1 – Promoção Genérica	3.223.363,08	73,94
Programas de Promoção do Vinho no Mercado Interno (Portaria n.º 744/2009, de 13 de julho) – Eixo 2 – Informação/Educação	392.308,61	9,00
Apoio à Promoção de Vinhos em Mercados de Países Terceiros [Reg. (CE) n.º 479/2008, do Conselho de 29 de abril, Portaria n.º 989/2009, de 7 de setembro, Portaria n.º 47/2010, de 20 de janeiro e Portaria n.º 1055/2010, de 14 de janeiro]	541.134,90(*)	12,41
Outros apoios no âmbito do setor vitivinícola	2.500,00	0,06

(*) O custo total ascendeu a 741.134,90 euros embora a despesa paga tenha ascendido a 541.134,90 euros. A diferença, no valor de 200.000,00 euros, embora tenha sido reconhecido como custo do exercício de 2011, foi paga em 2012 tendo transitado como compromisso por pagar.

As amortizações e provisões do exercício totalizaram 563.417 euros registando um decréscimo significativo relativamente a 2010 (-47,94%).

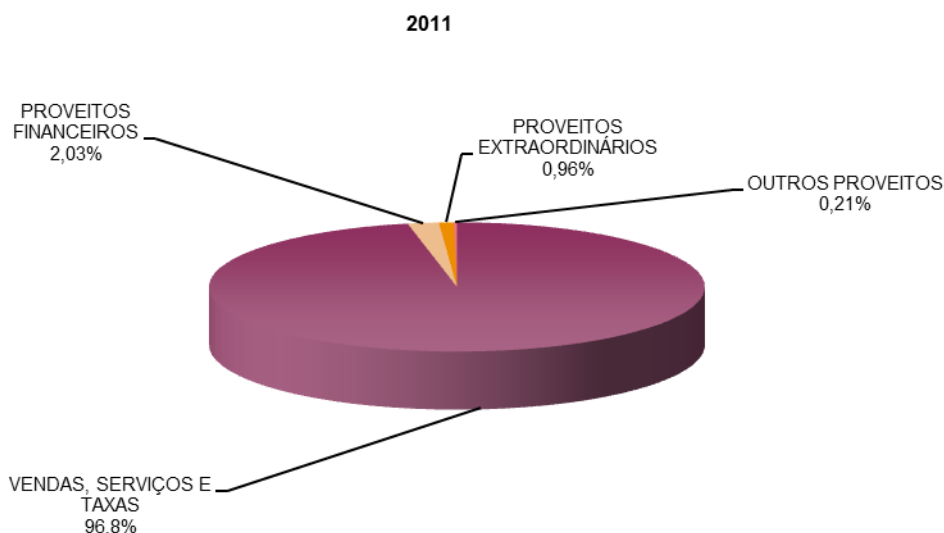
Os “Custos e perdas extraordinários” ascenderam a 10.166 euros, regressando aproximadamente ao nível registado em 2009. Este valor não é comparável com as perdas extraordinárias verificadas em 2010, que incluíram o reconhecimento contabilístico de uma transferência de capital, no valor de 2.000.000 euros para o IFAP, I.P.

5.2 Análise de Proveitos e Ganhos

Em 2011, os proveitos e ganhos do IVV, IP totalizaram **9.675.285 euros**, o que representa um decréscimo de 38,61% face a 2010.



O gráfico infra representa a distribuição em valor relativo dos proveitos e ganhos, por grandes agregados:



Em 2011, as “Vendas e Prestações de Serviços” ascenderam a 27.251 euros, tendo este proveito sido resultante, em 98,5% da venda de aguardente vínica envelhecida (produto exclusivo do IVV, IP.).

À semelhança dos exercícios anteriores, em 2011, a rubrica de “Impostos e Taxas” assume a maior expressão financeira no total dos proveitos obtidos pelo IVV, IP, com um total de 9.338.048 euros, o que representa 96,5% do total dos proveitos.

Os proveitos e ganhos financeiros, registaram um decréscimo de 30,43% face a 2010. Esta tendência decrescente, que se verifica desde 2009, resulta da diminuição dos juros obtidos de aplicações em CEDIC constituídas junto do IGCP, dado que os capitais aplicados têm sido muito inferiores ao nível que se verificava até 2008, inclusive, devido às entregas significativas dos saldos de gerência nos cofres do Tesouro. Por outro lado, também os rendimentos com imóveis sofreram uma quebra, dado que alguns deles e espaços de armazenagem deixaram de estar arrendados/cedidos face às eminentes vendas efetuadas através da ESTAMO – PARTICIPAÇÕES IMOBILIÁRIAS, SA ou da própria Direção Geral do Tesouro e Finanças (DGTF).



6. ANÁLISE FINANCEIRA DO BALANÇO

As alterações à situação patrimonial do IVV, IP, refletidas no balanço de 2011, encontram-se evidenciadas no seguinte quadro:

Rubricas	2011		2010	
	Valor	%	Valor	%
ACTIVO LÍQUIDO				
Imobilizações Corpóreas	8.322.139,79	63,88%	11.927.077,75	55,19%
Investimentos Financeiros	997,59	0,01%	997,59	0,00%
Existências	328.611,54	2,52%	330.040,67	1,53%
Dívidas de Terceiros - Curto prazo	1.512.166,00	11,61%	1.692.150,93	7,83%
Títulos Negociáveis	0,00	0,00%	5.000.000,00	23,14%
Conta Tesouro, Dep. Inst. Financ. e Caixa	2.864.044,33	21,98%	2.660.862,20	12,31%
Acréscimos e Diferimentos	0	0,00%	0	0,00%
TOTAL DO ACTIVO	13.027.959,25	100,00%	21.611.129,14	100,00%
FUNDOS PRÓPRIOS				
Reservas legais	5.624.246,33	88,26%	5.624.246,33	37,44%
Resultados Transitados	131.713,75	2,07%	6.585.537,17	43,84%
Resultado líquido do Exercício	616.615,35	9,68%	2.811.623,35	18,72%
TOTAL DOS FUNDOS PRÓPRIOS	6.372.575,43	100,00%	15.021.406,85	100,00%
Provisões para Riscos e Encargos	3.035.317,07	45,61%	2.565.122,22	38,93%
Dívidas a Terceiros - Curto prazo	3.472.401,54	52,17%	3.728.464,43	56,58%
Acréscimos e Diferimentos	147.665,21	2,22%	296.135,64	4,49%
TOTAL DO PASSIVO	6.655.383,82	100,00%	6.589.722,29	100,00%
TOTAL DOS FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO	13.027.959,25		21.611.129,14	

Em 31 de Dezembro de 2011, o valor do ativo líquido do IVV, IP registou um decréscimo de 40,06% face à situação patrimonial em 31 de Dezembro de 2010.

O imobilizado corpóreo líquido totalizou o valor de 8.322.140 euros, o que demonstra um significativo decréscimo face a 2010 (-30,22%), resultante da alienação de 1 imóvel e da regularização (abate) de alguns elementos do ativo imobilizado, na sequência de processo de levantamento físico e inventariação que ainda se prolongará para o ano de 2012.

As amortizações acumuladas ascenderam a 2.674.643 euros.

A rubrica de dívidas de terceiros no curto prazo não classificadas como dívidas de cobrança duvidosa registou um ligeiro decréscimo (16,66%) face a 2010. Em 2012 deverá ser aumentada a frequência da circularização a clientes, visando a recuperação de créditos em dívida que não estão abrangidas por processos de cobrança coerciva.

O montante relativo às dívidas do IVV, IP a terceiros também diminuiu face a 2010 (-6,87%). Importa referir que o saldo conjunto de fornecedores c/c, fornecedores de imobilizado c/c e estado e outros entes públicos, à data de 31 de Dezembro de 2011, no